

"O Presidente me ligou. (...) Ele acha que vão fazer busca e apreensão"

CORRUPÇÃO NO MEC

RELATO COMPROMETEDOR
Ribeiro conta que soube por Bolsonaro que poderia ser alvo da Polícia Federal

AGUIRRE TALENTO, BRUNO ARBUJA, EDUARDO GONÇALVES E NATÁLIA PORTINARI

Investigado em um caso que apura suspeitas de corrupção no Ministério da Educação, o ex-ministro Milton Ribeiro contou a uma de suas filhas ter sido alertado pelo presidente Jair Bolsonaro de que poderia ser alvo de operação de busca e apreensão.

timento" e que os dois haviam se salado quando Bolsonaro estava em viagem aos Estados Unidos. Ao determinar a prisão de Ribeiro, o juiz federal Renato Borelli citou como um dos embasamentos o risco dos investigados destruírem provas, hipótese reforçada pela suspeita de que o ex-ministro já sabia que seria alvo de buscas.

Na ligação por telefone, que durou pouco mais três minutos e 40 segundos, o ex-tribunal da pasta afirma à filha que o presidente havia ligado naquele mesmo dia e teria citado um "pressentimento" sobre uma operação na casa do ex-auxiliar. A chamada ocorreu em 9 de junho. No mesmo dia, Bolsonaro estava em viagem a Los Angeles (EUA), acompanhado do ministro da Justiça, Anderson Torres, a quem a Polícia Federal está submetida.

—Hoje o presidente me ligou. Ele está com um pressentimento, novamente, que eles podem querer atingir-lo através de mim, sabe? É que eu tenho mandado versículos pra ele, né? — afirma Ribeiro ao iniciar a conversa.

A filha, então, questiona se Bolsonaro havia pedido a Ribeiro que não lhe enviasse mais trechos da Bíblia. — Não, não é isso... Ele acha que vão fazer uma busca e apreensão em casa — responde o ex-ministro.

O diálogo continua e a filha de Ribeiro avisa ao pai que estava ligando de um "celular normal". O alerta faz com que o ex-ministro mude o tom, tentando encerrar a conversa, numa indicação de que já desconfiava que poderia estar grampeado.

Na hora de se despedir, Ribeiro frisa que o presidente estava falando em "pressen-

"Se o MPF entendeu que, de alguma forma, o presidente podia ter interferido, o inquérito devia ser mandado ao STF. Eles (a primeira instância) não tinham competência para isso. Mas deram andamento, decretaram a prisão e prenderam"

Daniel Bialski, advogado de Milton Ribeiro

Uma outra ligação interceptada de forma legal reforça a suspeita de investigadores de que o ex-ministro foi avisado que seria alvo da PF. Em um telefonema realizado no dia da prisão, a mulher de Ribeiro, Myrian Ribeiro, afirmou a um interlocutor que o marido "estava sabendo" antecipadamente da operação.

—No fundo, ele não queria acreditar, mas ele estava sabendo. Para ter rumores do alto, a coisa... É porque o negócio já estava certo. O telefonema de Myrian a uma pessoa da família ocorreu às 9h19 da última quarta-feira, cerca de duas horas após a prisão.

Na decisão em que remete o caso ao Supremo, o juiz Borelli afirma que foi "verificada a possível interferência nas investigações por parte de detentor de foro por prerrogativa de função no Supremo". Por ser presidente, Bolsonaro só pode ser julgado pela Corte.

Como mostrou a colunista Malu Gaspar, do GLOBO, procuradores ouvidos reservadamente afirmam que, caso seja comprovado que Ribeiro teve informações privilegiadas, Bolsonaro pode ser enquadrado em três crimes: obstrução de Justiça, favorecimento pessoal e violação de sigilo funcional.

INTERFERÊNCIA No relatório em que trata das interceptações, a PF indica que "Milton Ribeiro teria conhecimento de uma possível operação policial" pois "demonstra em diversas ligações sua preocupação em sofrer um mandado de busca e apreensão, bem como cita uma conversa que teria tido com o Presidente da República com este mesmo teor".

A Polícia Federal chama a atenção para conversas de Ribeiro com outros interlocutores em que o ex-ministro também aborda a possibilidade de sofrer buscas da PF. Em um desses diálogos, com um amigo identificado apenas como "Adolfo", Ribeiro diz que "resta o assunto" do envolvimento dos pastores.

—O assunto dos pastores, essa é uma coisa que eu te-



Aviso prévio. Bolsonaro e Ribeiro no Alvorada: ex-ministro diz que presidente teve "pressentimento" sobre operação

AS CONVERSAS SOBRE A OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

No pedido de prisão preventiva do ex-ministro e dos pastores lobistas, o juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal do DF, apontou risco de destruição de provas caso eles permanecessem em liberdade. O juiz ressaltou que a influência política dos alvos poderia permitir a interferência. Os áudios — um de uma conversa 13 dias antes da ação da PF e outro na própria data da operação —, mostrando que o ex-ministro já tinha conhecimento da ação, reforçam essa hipótese.

EM 9 DE JUNHO, DIAS ANTES DE A OPERAÇÃO SER DEFLAGRADA, O EX-MINISTRO CONVERSA COM A FILHA

Transcript of a conversation between Milton Ribeiro and his daughter. Includes text like 'Hoje o presidente me ligou. Ele tá com pressentimento novamente de que eles podem querer atingir-lo através de mim...' and 'Ele quer que você pare de mandar mensagem?'.

EM 22 DE JUNHO, DATA DA AÇÃO DA PF, A MULHER DO MINISTRO FALA A UM INTERLOCUTOR

No fundo, ele não queria acreditar, mas ele tava sabendo. Eu falei... Para ter rumores do alto, a coisa... É porque o negócio já estava certo.

NO DIA DA PRISÃO, DO PASTOR ARLITON MOURA A UMA INTEGRANTE DE SUA EQUIPE

Eu preciso que você ligue para a minha esposa... Acalme minha esposa... Porque se der qualquer problema com a minha menininha, eu vou destruir todo mundo!

nho receio de o processo fazer aquele negócio de busca e apreensão — diz Ribeiro na conversa.

Em outro diálogo, o ex-ministro conversa com uma pessoa identificada como "Waldomiro" e fala em "mentiras" sobre denúncia de ônibus superfaturados comprados com verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo ele, o caso estava caminhando, "sendo resolvido", mas novamente cita a ação da PF.

—Agora, vai faltar o assunto dos pastores, né? Mas eu acho assim, que o assunto dos pastores... É uma coisa que eu tenho receio um pouco de... o processo... fazer aquele negócio de busca e apreensão, entendeu?

Na quinta-feira, o delegado responsável pelo caso, Bruno Calandrin, já havia levantado a possibilidade de interferência. Ele escreveu uma mensagem a colegas na qual aponta interferência da cúpula da PF para que Ribeiro, após sua prisão, não fosse transferido para a carceragem da corporação no Distrito Federal.

Calandrin afirmou ter sido informado que, "por decisão superior, não iria haver o deslocamento de Milton Ribeiro para Brasília". Após a mensagem, a PF abriu uma apuração para identificar possível ingerência no caso.

'DESTRUIR TODO MUNDO'

Apontado pela Polícia Federal como suspeito de participar do suposto esquema de corrupção no MEC, o pastor Arilton Moura também foi alvo de monitoramento. Em um telefonema para sua equipe de defesa após ter sido preso, ele disse que iria "destruir todo mundo" caso as investigações atingissem a sua família.

No telefonema, Moura pede a integrante de sua equipe de defesa que tranquilizasse sua mulher:

—Eu preciso que você ligue para a minha esposa... Acalme minha esposa... Porque se der qualquer problema com a minha menininha, eu vou destruir todo mundo!

Nas investigações, Moura é acusado de intermediar contatos de prefeitos e com a pasta em troca de pedir pagamentos de propina. A PF rastreou uma transferência bancária feita ao genro de Moura, Helder Bartolomeu, no valor de R\$ 30 mil, que seria propina por sua atuação para abrir portas no MEC. Bartolomeu também foi preso na quarta-feira. Todos foram soltos no dia seguinte, por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O advogado Daniel Bialski, que defende o ex-ministro da Educação, classifica o episódio como "abuso de autoridade" e diz que a Justiça de primeira instância não tinha competência para autorizar a operação se o caso envolvia suspeitas sobre o presidente, que é uma autoridade com foro privilegiado.

—Seo MPF entendeu que o presidente podia ter interferido, o inquérito devia ser mandado ao STF. Eles (a primeira instância) não tinham competência. Mas deram andamento, decretaram a prisão. Depois da prisão revogada, disseram que não tinham mais competência. Fora que esses atos são todos nulos.

No Senado, governistas já dão CPI como certa

Aliados de Bolsonaro tentam estimular resistência de Rodrigo Pacheco e apostam na proliferação de outras comissões que favoreçam governistas; ideia é fazer um contraponto político e eleitoral diante do escândalo

CAMILA ZARUR E PAULA FERREIRA
col@exatob.com.br
BRASIL

Após a divulgação dos áudios do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, nos quais ele cita o "pressentimento" do presidente Jair Bolsonaro sobre uma operação policial, a base governista no Senado já diz reservadamente ser praticamente inevitável a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MEC.

Como último recurso, contudo, eles ainda apostam as fichas na resistência do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a instalar a comissão. Além disso, quem dar prosseguimento a outro pedido de CPI, esta sobre "obras paradas do MEC", para concorrer com a investigação da oposição e de parlamentares independentes.

O pedido de CPI que mira o escândalo já tem as assinaturas necessárias para ser apresentado. Os governistas admitem que uma articulação política não será suficiente para reverter os apoios: até o momento, já são 28 assinaturas, uma a mais do que necessário.

O aliado de Bolsonaro e líder do governo na Casa, Carlos

Portinho (PL-RJ), tenta viabilizar a CPI concorrente. Em abril, quando as primeiras denúncias de irregularidades no MEC vieram à tona e a oposição começou a co-

lher assinaturas para o colegiado, Portinho apresentou um pedido para abrir uma comissão sobre obras paradas do Ministério da Educação em governos passados.

Esse pedido também conta com 28 assinaturas. Os suplentes dos senadores Márcio Bittar (União Brasil-AC) e Carlos Fávaro (PSD-MT), Eduardo Velloso (União Brasil-AC) e Margaret Buzetti (PP-MT), respectivamente, assinaram a lista da comissão governista, fazendo com que o rol voltasse a ter o número de nomes necessários.

A ideia é que, caso Pacheco decida abrir a CPI da oposição, ele também precisará dar prosseguimento à comissão dos governistas e a outras duas que já foram apresentadas no Senado — uma de autoria do senador Plínio Valério, para investigar a atuação de ONGs, e outra de Eduardo Girão (Podemos-CE), sobre aumento da violência nos estados do Norte e do Nordeste.

ESTRATÉGIA DA OPÇÃO

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), responsável por recolher as assinaturas da CPI que investigará o

escândalo atual, espera conseguir mais três meses antes de apresentar o requerimento. Segundo o líder da oposição no Senado, isso faz parte da estratégia para evi-



Investigação. Pacheco e Randolfe: presidente do Senado receberá o líder da oposição pedido de abertura de CPI

tar que o pedido seja barrado caso algum signatário retire seu nome da lista, como aconteceu em abril.

Naquele mês, o governo conseguiu convencer três senadores a desistirem: Weverton Rocha (SDT-MA), Orlindo Guimarães (Podemos-PR) e Styvenson Valentim (Podemos-RN). Agora, líderes do governo acreditam que repetir a mesma estratégia será mais difícil.

Áudios grameados pela Polícia Federal (PF) reforçam a possibilidade de cria-

ção de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Legislativo. Segundo congressistas, a comissão pode apurar não apenas as denúncias de irregularidades no MEC, mas também uma eventual interferência de Bolsonaro no caso.

Em meio ao clima de CPI, Randolfe Rodrigues protocolou ainda uma notícia-crime contra Bolsonaro no Supremo por "grave ameaça" ao Poder Judiciário.

— Mais do que nunca é necessário uma comissão par-

lamentar de inquérito para dar à Polícia Federal e ao Ministério Público a tranquilidade necessária para conduzir esse inquérito — defendeu Randolfe.

Líder da bancada feminina no Senado, Eliziane Gama (Cidadania-MA) também defendeu a instalação da CPI do MEC.

— As denúncias de suposta interferência do presidente numa investigação da Polícia Federal são muito graves e precisam ser seriamente investigadas — disse.

Para Alessandro Vieira (PSDB-SE), as gravações reforçam a necessidade e urgência da instalação da CPI. O senador afirma ainda que o suposto envolvimento de Bolsonaro deveria ser suficiente para que o procurador-geral da República, Augusto Aras, abrisse um inquérito sobre o caso.

— É necessário que a gente tenha a urgente instalação da CPI do MEC para podermos investigar o caso. O áudio dá a entender que houve um vazamento de uma operação sigilosa da Polícia Federal, o que seria um crime gravíssimo — diz Vieira, que completa: — (Acionar o STF) é um caminho possível. O natural é que a própria Procuradoria-Geral da República abrisse um inquérito, sem que fosse necessário provocá-la. Mas me parece que o tempo de Augusto Aras é curto.

Já o senador Álvaro Dias (Podemos-PR) tentou acalmar os ânimos.

— Cabe a nós do Parlamento aguardar o trabalho da Polícia Federal. APF fez um bom trabalho e se mostrou uma instituição independente, de Estado, não de governo. Não devemos fa-

zer qualquer apreciação sobre o caso sem saber de fato o que ocorreu, devemos aguardar. Uma CPI agora seria usada de forma eleitoral — defendeu.

OUTROS CASOS EM QUE BOLSONARO FOI SUSPEITO DE INTERFERIR NA PF

Moro e o inquérito aberto no STF

O presidente Jair Bolsonaro se tornou alvo de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) após denúncia do seu ex-ministro da Justiça Sergio Moro, que, após pedir demissão, em abril de 2020, o acusou de tentar interferir na Polícia Federal. O ex-juiz conta que o presidente decidiu trocar a direção da corporação porque pretendia ter acesso a informações privilegiadas sobre investigações sobre a sua família. Em relatório enviado ao STF, em março, porém, PF disse que não é possível atribuir crimes a Bolsonaro.



dades que investigavam Fabrício Queiroz — ex-assessor de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) e amigo de Jair Bolsonaro — pelo esquema de rachadinha no gabinete de Flávio, quando ele era deputado. Depois, Oliveira foi promovido e, no lugar dele, entrou Tácio Muzzi. Segundo Moro, a troca atendeu a um pedido antigo do presidente, que, de novo, estaria preocupado com o andamento de inquéritos sobre a sua família.



Substituição na Superintendência do DF

A demissão do delegado Hugo de Barros Correia da Superintendência da PF no Distrito Federal, responsável por investigações como o inquérito das fake news, também levou a suspeitas de interferência política. O motivo para a troca foi que Correia avisou à cúpula da PF sobre a operação contra Tatiana Marques de Oliveira Garcia Bressan, suspeita de ser informante do

blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, quando era estagiário do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na época, anonimamente, delegados relataram medo de retaliações aos investigadores que tratavam dos inquéritos mais incômodos aos políticos. Mesmo assim, em nota, a Polícia Federal negou motivação política na exoneração.

A exoneração de Alexandre Saraiva

O delegado Alexandre Saraiva foi exonerado do comando da superintendência da PF no Amazonas em abril de 2020 depois de acusar o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de prevaricar e ajudar no contrabando de madeiras ilegais do Pará. Logo depois da transferência de Saraiva para Volta Redonda, no Rio de Janeiro, outro delegado, Felipe Leal, foi afastado das investigações sobre Salles. O policial havia pedido informações sobre dois atos do diretor da corporação, Paulo Maiurino, que levaram a troca de delegados nos casos que envolviam o titular do Meio Ambiente.

ANÁLISE

Áudio neutraliza cortina de fumaça que Bolsonaro tentava com aborto

VERA MAGALHÃES vera.magalhaes@globo.com

Durou menos de 24 horas a cortina de fumaça que Jair Bolsonaro, com uma mãozinha inesperada da Suprema Corte dos Estados Unidos, vinha tentando, com algum sucesso, criar para neutralizar o estrago em sua imagem provocado pela prisão de seu ex-ministro da Educação Milton Ribeiro.

O presidente viu na tragédia do estupro de uma menina de 11 anos, que, além de violentada teve adiado seu direito a um aborto legal, a chance de

surfar num tema que mobiliza seu eleitorado mais radicalizado. Passou a dizer que mandaria "investigar" irregularidades em algo que a Constituição garante e a Justiça covardemente adiou até quase sete meses de gestação.

Durou pouco porque foi revelado o áudio, obtido em gram-pol legal no inquérito policial para apurar os desvios e o tráfico de influência no MEC, em que Milton Ribeiro diz à filha ter sido avisado pelo presidente que

poderia ser alvo de busca e apreensão, o que, no entendimento do Ministério Público Federal, é forte indício de vazamento da investigação e interferência ilegal do presidente nela.

Além de devolver o caso, gravíssimo, ao centro do noticiário e ao calor das redes sociais, o áudio corrobora aquilo que o delegado responsável pela investigação, Bruno Calandrini, afirmou, quando, em carta, disse não ter independência nem autonomia para continuar as investigações, uma vez que tinha havido interferência superior para evitar a transferência de Milton Ribeiro para Brasília no momento seguinte à sua prisão.

Só a conversa de Milton Ribeiro com a filha não prova o envolvimento de

Bolsonaro para obter informações prévias das investigações que poderiam chegar nele. O presidente e o entorno vai usar a palavra "pressentimento", usada pelo ex-ministro, para tentar livrar a cara do presidente. E vai colar junto ao seu eleitorado fanatizado, para o qual nada abala a confiança cega no "Mito".

Mas uma investigação profunda fazendo a cronologia dos fatos e casando o áudio obtido com o resultado da quebra de sigilo do ex-ministro e as mensagens trocadas entre ele e Bolsonaro pode compor os elementos de prova. A conversa de Ribeiro com a filha foi em 9 de junho. O pedido da PF para busca e apreensão é do dia 13, e a autorização da Justiça, do dia 15.

A defesa de Bolsonaro vai tentar usar isso como prova de que ele não tinha como saber. Mas um pedido desta magnitude não é feito no dia, e sim preparado ao longo de semanas. A isso poderá responder o delegado Calandrini, quem primeiro apontou interferência política na investigação: alguém com acesso à apuração poderia ter alertado o Planalto do que estava por vir?

Dai a importância da decisão do juiz federal Renato Borelli, que, ao devolver o caso ao Supremo Tribunal Federal após o pedido do MPF diante do áudio com os indícios de vazamento da operação e interferência política de Bolsonaro, o tira da alçada do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Foi o desembargador Ney

Bello, do TRF-1, quem, por limitar usar isso como prova de que ele não tinha como saber. Mas um pedido desta magnitude não é feito no dia, e sim preparado ao longo de semanas. A isso poderá responder o delegado Calandrini, quem primeiro apontou interferência política na investigação: alguém com acesso à apuração poderia ter alertado o Planalto do que estava por vir?

Dai a importância da decisão do juiz federal Renato Borelli, que, ao devolver o caso ao Supremo Tribunal Federal após o pedido do MPF diante do áudio com os indícios de vazamento da operação e interferência política de Bolsonaro, o tira da alçada do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Foi o desembargador Ney

Wassef: ex-ministro usou nome de Bolsonaro sem autorização em áudio

Advogado do caso Queiroz defende presidente no escândalo do MEC. Campanha traça plano de blindagem e Flávio vê 'sacanagem'

JUSSARA SOARES E DANIEL GULLINO ju.sara@globo.com.br daniel.gullino@globo.com.br

A divulgação de áudios do ex-ministro Milton Ribeiro em que relata uma conversa com o presidente Jair Bolsonaro sobre uma operação de busca e apreensão em sua casa desencadeou uma reação coordenada de aliados do governo para abafar o caso. A estratégia adotada é ressaltar que, na ligação à sua filha, 13 dias antes da operação, Ribeiro afirma que Bolsonaro está "com pressentimento" sobre a ação policial. O argumento utilizado por estes interlocutores do presidente é de que a intuição presidencial "não é crime".

Numa entrevista improvisada no estacionamento do Palácio do Planalto ontem, horas após os áudios serem tornados públicos, o advogado Frederick Wassef, que defende o presidente, afirmou que Ribeiro usou indevidamente o nome de Bolsonaro:

— Se o ex-ministro usou o nome do presidente Bolsonaro, usou sem seu conhecimento, sem sua autoriza-

ção. Ele que responda. Compete ao ex-ministro explicar o que ele fala.

Enquanto aguardavam com apreensão a divulgação completa dos áudios e mensagens interceptadas do Ribeiro e dos pastores lobistas, integrantes do núcleo da campanha de Bolsonaro se anteciparam e passou a questionar o fato de os autos do inquérito não terem sido enviados antes ao Supremo Tribunal Federal (STF).

CRÍTICA NAS REDES

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi a uma rede social criticar a decisão do juiz federal Renato Borelli, da 15ª Vara Federal do Distrito Federal, que determinou a prisão do ex-ministro, mesmo com a citação ao titular do Palácio do Planalto. Coordenador da campanha de reeleição do pai, Flávio disse "tá cheirando a 'sacanagem', além de crime, claro."

"Então havia gravação do ex-ministro falando que 'ele' achava que poderia ter busca e apreensão? Se 'ele' era Bolsonaro, porque o juiz e o

procurador do Ministério Público Federal não remeteram os autos ao Supremo Tribunal Federal ao invés de prender o ex-ministro. Tá cheirando a 'sacanagem', além de crime, claro", escreveu Flávio em seu perfil na rede social.

Wassef enfatizou que Bolsonaro "não tem nenhuma informação sobre nenhuma investigação":

— Isso é um crime. O que estão perguntando é se o presidente faz crime. Não. O presidente Bolsonaro é vítima de crimes. Não comete crimes, não tem acesso a nenhum tipo de informação privilegiada, não interfere na Polícia Federal.

O questionamento sobre o encaminhamento dos autos também deve ser usado pela defesa de Ribeiro para tentar cancelar o caso na Justiça enquanto os estrategistas da campanha traçam uma nova reação para blindar Bolsonaro e o projeto da reeleição. Segundo um auxiliar, é preciso ter acesso a todo o conteúdo da investigação para avaliar "frimemente" as



Reações. Frederick Wassef e Flávio Bolsonaro, advogado e filho do presidente: preocupação com a campanha

consequências das gravações. Interlocutores do Planalto admitem o mau momento para o presidente a menos de cem dias do primeiro turno das eleições presidenciais.

REAÇÃO À CRISE

Como a reação à nova crise e com a possibilidade de abertura de uma CPI da Educação, o núcleo duro da campanha colocou em

prática o plano de aumentar o Auxílio Brasil para R\$ 600. Com Bolsonaro estagnado nas pesquisas de intenção de voto, a ideia já vinha sendo defendida pela cúpula da campanha, mas a operação da Polícia Federal impulsionou o aval do presidente ao aumento. A avaliação é que aumento do benefício deixará a crise do MEC em segundo plano.

A estratégia era criar um fato novo para interromper a agenda negativa de Bolsonaro, que incluía os ataques às urnas, a crise na Petrobras e as mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips na Amazônia. Todavia, a divulgação dos áudios que fazem referência ao presidente da República atrapalhou a reação desenhada pelo governo.

Servidores comemoraram operação da PF no MEC

Busca e apreensão no prédio do ministério movimentou WhatsApp de funcionários. Atual ministro tentou se desvincular do caso

PAULA FERREIRA paula.ferreira@globo.com.br

A operação da Polícia Federal que mirou no ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, na manhã de quarta-feira, gerou reações distintas entre a atual cúpula da pasta. Enquanto o ministro Victor Godoy tentou demonstrar tranquilidade, ressaltando que não tem re-

lação com o caso, servidores do Inep, órgão vinculado à pasta, comemoraram.

As buscas feitas na sede do ministério movimentaram o WhatsApp de servidores, que passaram o dia trocando mensagens sobre o episódio. Segundo relatos, a polícia cumpriu diligências em mais de um departamento do MEC. A percepção dos servidores do Inep, que fizeram uma série de

denúncias contra o presidente da autarquia e aliado de Ribeiro, Danilo Dupas, é de que a operação confirmou a veracidade das acusações a respeito do desmonte na área.

Desde que sentou na cadeira de ministro, ainda como interino, Godoy, que era o número 2 de Ribeiro, tem promovido mudanças no gabinete para afastar o fantasma do escândalo envol-

vendo atuação de pastores como lobistas na pasta. Os religiosos são acusados de negociar liberação de verbas para municípios em troca de propina. Godoy busca jogar as responsabilidades no colo de seu antecessor.

TROCAS E EXONERAÇÕES

Em seus primeiros atos no MEC, ainda antes da nomeação oficial, o ministro man-

de contratos que tiveram algum tipo de participação das pessoas citadas nas denúncias de irregularidades.

Segundo pessoas próximas ao ministro, Godoy não se surpreendeu com as prisões e teria dito que as apurações indicam que Musse era do círculo do ex-ministro e dos pastores e que teria tomado a atitude correta ao exonerá-lo.

Após o escândalo, de acordo com membros da pasta, o ministro determinou o fim de agendas organizadas pelos pastores e designou um de seus assessores para tomar conta do cerimonial e controlar as agendas do gabinete.

Investigado, Queiroguinha vai a evento com presidente

Pré-candidato, filho do ministro tem participado de agendas do governo

ALICE CRAVO alice.cravo@globo.com.br

Mesmo após ser alvo de uma investigação do Ministério Público Federal (MPF), Antônio Cristóvão Neto, conhecido como Queiroguinha, voltou a participar ontem de uma cerimônia oficial do governo, na Paraíba, junto com o presidente Jair Bolsonaro. O estudante de medicina tem usado seu acesso ao gabinete do pai, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em Brasília, para intermediar demandas de prefeitos e turbinar sua candidatura a deputado federal, conforme revelou o GLOBO.

Bolsonaro foi a João Pessoa (PB) entregar residências na habitacional Canaã I e II. Ao final do seu discurso, o presidente citou o filho do seu ministro: — Agradecer a presença também do Queiroguinha (...)

— disse Bolsonaro, ao listar outras autoridades presentes. No palco, reservado às autoridades, Queiroguinha sentou atrás de Bolsonaro e, em determinado momento, chegou a sussurrar no ouvido do presidente. Na abertura do evento, ele também foi citado pelo prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena: — Presidente Jair Bolsonaro, ministro da Defesa,

Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ministro da Saúde, o conterrâneo, Marcelo Queiroga (...) e aos demais, Queiroguinha, também aqui presente.

INVESTIGAÇÕES EM CURSO

Segundo relatos de prefeitos, o pré-candidato a deputado de 23 anos, filiado ao PL, mesmo partido do presidente, tem percorrido cidades do interior com promessas que vão de recursos para a compra de aparelhos de raio-X a ambulâncias. Como O GLOBO mostrou, o estudante esteve ao lado do pai em pelo menos cinco cerimônias nos últimos três meses e sentou-se à mesa



No palco. Filho do ministro da Saúde, Queiroguinha cochicha com Bolsonaro durante evento em João Pessoa

reservada a autoridades. Em uma oportunidade, com a ausência do pai, ele chegou a ser anunciado como representante do ministério e discursou ao público presente. Depois das revelações, o MPF da Paraíba abriu uma

investigação preliminar para apurar possível tráfico de influência e usurpação de função pública por parte de Queiroguinha. A Procuradoria-Geral da República (PGR) já havia recebido uma representação em que

o PSB pede que o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, seja investigado por suspeita de improbidade administrativa e infração à legislação eleitoral. O pedido também se baseia nas reportagens do GLOBO.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4, 6 e 8